

## Dossiê

# Fascismo digital e violência escolar: deformação subjetiva do neoliberalismo contemporâneo?

**Marcelo Gonçalves Rodrigues**

**Resumo.** Pretende-se neste artigo refletir como a estrutura econômica neoliberal e a ascensão do fascismo digital influenciam objetivamente os ataques às escolas. O neoliberalismo, com suas políticas de desigualdade social e precarização do trabalho, aliado a fatores tecnológicos, cria um ambiente propício para a radicalização de jovens vulneráveis. A propagação de discursos de ódio e extremismo nas plataformas digitais intensifica essa tendência formando um tripé fascismo digital, estrutura econômica neoliberal e atentados escolares. Com a crescente radicalização online e as culturas de ódio promovidas nas redes sociais, observa-se um aumento preocupante na última década de atos violentos em ambientes escolares. As novas tecnologias têm sido um arsenal de produção de conflitos permanentes, por meio das contradições de seu objeto e sua utilização, a agressão e os sintomas são legitimados e potencializados.

**Palavras chave:** fascismo digital; ataques escolares; neoliberalismo.

## Fascismo digital y violencia escolar: ¿deformación subjetiva del neoliberalismo contemporáneo?

**Resumen.** Este artículo pretende reflexionar sobre cómo la estructura económica neoliberal y el ascenso del fascismo digital influyen objetivamente en los ataques a las escuelas. El neoliberalismo, con sus políticas de desigualdad social y precarización del trabajo, junto con factores tecnológicos, crea un entorno propicio para la radicalización de jóvenes vulnerables. La propagación de discursos de odio y extremismo en las plataformas digitales intensifica esta tendencia, formando un trípode entre fascismo digital, estructura económica neoliberal y atentados escolares. Con la creciente radicalización en línea y las culturas de odio promovidas en las redes sociales, se observa un aumento preocupante en la última década de actos violentos en entornos escolares. Las nuevas tecnologías se han convertido en un arsenal de producción de conflictos permanentes, y a través de las contradicciones de su objeto y su utilización, la agresión y los síntomas son legitimados y potencializados.

**Palabras clave:** fascismo digital; ataques escolares; neoliberalismo.

---

\* Psicanalista. Docente e supervisor clínico no curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Fundação Educacional de Penápolis (FAFIPE/FUNEPE), Penápolis, SP, Brasil. E-mail : [marcelo\\_gonc@yahoo.com.br](mailto:marcelo_gonc@yahoo.com.br)

## Digital fascism and school violence: subjective deformation of contemporary neoliberalism?

**Abstract.** This article aims to reflect on how the neoliberal economic structure and the rise of digital fascism objectively influence school attacks. Neoliberalism, with its policies of social inequality and labor precarization, combined with technological factors, creates an environment conducive to the radicalization of vulnerable young people. The spread of hate speech and extremism on digital platforms intensifies this trend, forming a triad of digital fascism, neoliberal economic structure, and school attacks. With the increasing online radicalization and the cultures of hate promoted on social media, there has been a concerning rise in violent acts in school environments over the past decade. New technologies have become an arsenal for the production of permanent conflicts, and through the contradictions of their objects and uses, aggression and symptoms are legitimized and amplified.

**Keywords:** digital fascism; school attacks; neoliberalism.

## Fascisme numérique et violence scolaire: déformation subjective du néolibéralisme contemporain ?

**Résumé.** Cet article vise à réfléchir sur la manière dont la structure économique néolibérale et la montée du fascisme numérique influencent objectivement les attaques contre les écoles. Le néolibéralisme, avec ses politiques d'inégalité sociale et de précarisation du travail, associé à des facteurs technologiques, crée un environnement propice à la radicalisation des jeunes vulnérables. La propagation des discours de haine et de l'extrémisme sur les plateformes numériques intensifie cette tendance, formant un trépied entre le fascisme numérique, la structure économique néolibérale et les attentats scolaires. Avec la radicalisation en ligne croissante et les cultures de haine promues sur les réseaux sociaux, on observe une augmentation préoccupante des actes violents dans les environnements scolaires au cours de la dernière décennie. Les nouvelles technologies sont devenues un arsenal de production de conflits permanents, et à travers les contradictions de leurs objets et de leurs utilisations, l'agression et les symptômes sont légitimés et amplifiés.

**Mots-clés:** fascisme numérique; attaques scolaires; néolibéralisme.

Não se fala mais, faz-se a guerra  
(Charles Melman)

## Armas em punho como signo de identificação?

O relatório do Ministério da Educação de 2023, intitulado “Ataques às escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental”, não apenas traz à tona a cronologia e a geografia dos atentados sequenciados nos últimos anos, como também destaca a facilitação de atos violentos radicais por meio da Internet. Consoante Brasil (2023) o estudo de casos recentes de ataques às escolas no Brasil evidencia que as plataformas digitais funcionam como ferramentas para a cooptação de indivíduos vulneráveis, a formação de subcomunidades de ódio e a mobilização para ações violentas. Além disso, esse relatório aponta que os ataques frequentemente repetem liturgias e simbologias de atentados anteriores, demonstrando um padrão recorrente de *copycat* crimes. Essa onda de crimes com caráter imitativo é resgatada em virtude do extenso trabalho midiático acerca dos ataques passados, os quais são romantizados e glorificados no interior de comunidades pertencentes à rede obscura popularmente conhecida como *Deep Web/Dark Web*.

O intento dos perpetradores muitas vezes é o de replicar ou superar a notoriedade de atentados históricos ao criarem um ciclo de violência que é continuamente alimentado pela visibilidade e pelo impacto dos ataques anteriores. Tais morticínios não são exclusivos às

instituições de ensino. Ocorreram na última década em igrejas, espaços de entretenimento e lazer e em locais públicos. Uma característica basilar mais direta é que suas organizações mobilizadas para a articulação e planejamento dos atentados, dão-se no meio tecnossocial do digital. Para que ataques dessa magnitude sejam bem-sucedidos, grupos extremistas compartilham táticas, estratégias e elaboração de manual para esta finalidade. A concretização do ato em tempo real é uma ação coordenada que envolve, de modo propositado, aplicativos com mensagens criptografadas para o anonimato. As câmeras de segurança ampliam essa notoriedade com a exibição e espetacularização do terrorismo consumado.

Nessas subculturas online global, as postagens preconceituosas e odiosas de modo deliberado nos revela a marca de um fascismo mediado e transmitido digitalmente pelas plataformas de rede, com larga propagação de alcance, terror e medo. Hierarquizam ou desconsideram sofrimentos de acordo com raça, etnia e gênero. Essa violência organizada via internet não é uma violência mais violenta do que tantas outras, porém, permite pensar historicamente este objeto: o fascismo digital e sua destruição das figuras do outro. A escola é o repositório que parece perfeito para que o ressentimento odioso possa espicaçar suas aflições. Um local onde os fracos não têm vez, onde a estrutura arquitetônica de vigilância e punição faz educar o sentimento de prisioneiro que extingue a chance de surgir um aluno. Fileiras para controle visual, corredores longos, vidros nas portas, detenções e suspensões, premiações e reconhecimentos são as molduras rígidas à aceitação de um poder centralizador disciplinar. Em nome da carreira, da aprovação no vestibular, emanam marcas como conceito máximo e logotipos que evocam a imagem de rei da selva (Leão) ou de soldados triunfando inimigos em batalhas. Esses emblemas deixam transparecer uma estética de agressividade e violência entranhada no espaço escolar, orientado por uma lógica neoliberal de privatização e competitividade predatória. As reverberações do fascismo digital, juntamente com o cyberbullying, silenciam vítimas, obscurecem tragédias e, por conveniência ou covardia, elaboram novas narrativas ao sustentarem e recontarem inúmeras mentiras.

Mas não podemos deixar de exercitar um pensamento crítico contra nós mesmos no que tange o sintoma do pensamento eurocentrado, como exposto por Quijano (2005), isto é, fomentar ou dar mais ênfase a histórias de acordo com sua geolocalização tem sua história de racismo e violência outorgados como o projeto civilizador. Daí porque o holocausto e as *Gaswagen*, câmaras de gás de Auschwitz, terem despertado mais sensibilidade, como se fossem mais terríveis do que o massacre racial de Tulsa (1921), o genocídio dos Hererós e Namaquas (1904-1907), ou o sofrimento dos infantes e de suas famílias na Guerra do Paraguai (1864-1870). Nessa esteira, é o que Mbembe (2014) esmiúça em seu percurso genealógico na *Crítica da Razão Negra*, ao descortinar que a história da democracia é marcada pelo signo da violência colonial. Ela é a leitura de prova de que a colônia carrega a democracia e a civilidade democrática ocidental é a prática da devastação extraterritorial de violência performativa, separatista e imperialista à destruição de direitos da autodeterminação dos povos. Tal produção histórica e social de incongruência econômica gesta uma sociedade de inimizade numa incessante perpetuação da conjuntura de Mal-Estar.

Isto significa que qualquer posicionamento afirmativo normativo à centralização na individualização da violência dos ataques às escolas constituir-se-á na problemática de um racismo científico e da não reflexão dos elementos constitutivos, objetivos e subjetivos do estado de coisas. O nódulo é secular, jamais individual. É cabível uma discussão se é um fenômeno potencializado advindo de um isolamento social por consequência da Pandemia da Covid-19, visto que foram sete ataques em 2022 e quinze em 2023 (BRASIL, 2023). Assim,

quando a palavra é trocada pela Guerra, quando a principal forma de comunicação é a violência e a única maneira aceitável de se sentir protegido, representado e salvo do perigo é através do ato extremo de eliminação total do outro. Testemunhamos os impactos dos padrões da racionalidade econômica nos traços da subjetividade burguesa. Subjetividade intensificada em um capitalismo pós-liberal cuja estrutura classificatória privilegia a competição, o medo e a atomização brutal.

Com a vida articulada a um estado caótico de guerra permanente, anulando a inclusão e os direitos para todos, enquanto ignora a diferença constitutiva entre as pessoas, é evidente que a subjetividade se transforma de acordo com essas duras exigências das dinâmicas de socialização impostas pelo giro pós-liberal. Além de incutir desamparo político, essa influência nas condições de vida afeta profundamente as faculdades subjetivas, modulando comportamentos, desejos e medos para gerirem o escoamento das mercadorias. Esse novo tipo de subjetividade resulta em ações de pânico, extremismos e violências fomentadas por movimentos radicalistas, refletindo os estilhaços de uma sociedade em crise. Testificamos, acima de tudo, o que é exposto num post anônimo publicado pelo Relatório de Política Educacional, de novembro de 2023, que nos revela, no perfil dos aspirantes a ataques, traços como vazio, sofrimento e desamparo: “Viver é uma palavra muito forte (Vinha [et al], 2023, p.18)”.

Atentado, massacre, ataque, tiroteio, chacina, genocídio, extermínio. Significantes que fracassam em dar estrutura ao inominável e, no impossível do dizer, passam inauditos em muitos centros de fase avançada e incisiva do capitalismo neoliberal. Significantes que descobrem o investimento bilionário da indústria bélica e maximizam um Real da pulsão de morte no orgânico das constelações da nova ontologia cultural das tecnologias digitais. Afinal, o que recorrências tão marcantes poderiam assuntar? Organizações criminosas, terroristas, fascistas não emergem unicamente em Políticas de Estados Totalitários, mas comprovam a tese de Mbembe (2014) de que não há um sistema democrático de direito e uma produção cultural, científica e tecnológica que não sejam produtos diretos da colonização decorrente do racismo, da violência em sua base de confecção. Essa colocação de Mbembe, em alguma medida, estabelece uma dialógica com os escritos de Benjamin (1986) acerca de regimes autoritários: “Não há um documento de cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento de barbárie” (p.70).

Diante disso, podemos localizar e dar o zoom nesses exemplos que guardam semelhanças atávicas e fraturas resultantes de uma leitura a-histórica sobre as relações sorumbáticas de exploração, o que se impulsiona na aceleração designada de fascismo digital e no irracionalismo extremo de uma frieza burguesa dominante e histórica. E o que esse fascismo digital revela? A colisão e soma de alguns conjuntos complexos que envolvem passado, presente e futuro. Tecnicamente, é uma variante mais veloz, ultraconectada, com a faculdade de unir todas as formas de preconceitos historicamente arraigados de uma só vez, sendo um objeto de conflitos permanentes, regressivos nos usos e formas, disparador de uma espécie de códigos icônicos de agressividade que substituem, cada vez mais, as representações da linguagem. De um lado, isso reflete a desigualdade mundial galopante, a ascensão do populismo autoritário que propagandeia a profusão e adesão ao extremismo da nova direita (*Alt-Right*). Do outro lado, o desembrulho de discursos de ódio neoliberal mais alternativo, baseado em um passado imaginário/falso, cuja memória criada é marcada pela força, virtude e valores conservadores tradicionais. No entremeio dessa calamidade, o capitalismo global neoliberal, do qual a força potencial decreta a liberdade e livre produção de mercadorias sob o preço da liberdade das

pessoas. Queremos destacar nesses pontos aquilo que Jessé Souza (2019) denuncia como o vitupério da descarada e impudica luta por vingança de uma elite reacionária, a qual se julga injustiçada e cuja prosperidade reside sobre a herança estrutural da escravidão. Nota-se que é uma defesa delirante de seus agentes mais convictos, que faz a passagem ao ato ser não refletida, não trabalhada e, mais ainda, estupidificada pelas mídias descomprometidas com o fenômeno de raízes culturais, sociais e em muito prejudicado e tergiversado pelo político e econômico.

A dicotomia no campo moral e ético, amalgamada na utilização dos dispositivos tecnológicos, grita abertamente em nível mundial, traz uma sintomatização que requer e convoca a uma reorganização das práticas culturais e civilizacionais, bem como do funcionamento psicológico e de suas vias de tratamento e acolhimento. Tal forma digital reflete na ordem social e nas estruturas de funcionamento psicológico e fulgura a relação dialética entre a organização social, a acumulação capitalista neoliberal e a extração de mais-valia. Günther Anders (2002) & (2007), ativista crítico radical das tecnologias e das eras das revoluções industriais, questiona se todas as invenções tecnológicas e mecânicas amainaram ou aumentaram o trabalho dos seres humanos. A escassez de tempo e a má circulação dos recursos num empobrecimento da população respondem por si. Esses aspectos só vêm a dilatar as léguas da força prepotente e iníqua do objeto sobre o sujeito, na mais óbvia constatação da *prometheichen Scham*, a vergonha prometeica, termo cunhado por Günther Anders. Anders (2002) considera que existe uma enorme discrepância entre a tecnologia e a nossa capacidade de percebê-la e calcular os riscos existentes na interação humano e máquina.

Esse paroxismo, intitulado de vergonha prometeica, desembrulha a tese de que somos menores não só em relação à própria coisa criada e inventada, mas a nós mesmos. Este é um dilema do século XXI para Anders (2002), a destruição da vida pelas revoluções industriais, a ausência de imaginação moral e da não consciência das produções e visualizações, criações e representações dos objetos tecnológicos a tal ponto que, tal qual Adorno & Horkheimer (1985) debatem, é naturalizada a reificação das pessoas, uma escarificação objetificadora das emoções e consciências com prejuízos às capacidades de reflexão. A destruição e substituição são a gramática normativa não só dos artefatos tecnológicos, todavia, dos sujeitos que passam a ser objetificados e não ter mais distinção dos objetos inanimados.

Esses novos modelos de fascismo têm ocupado terrenos consideráveis e sua preocupante difusão tem conquistado força nos mencionados ataques coordenados dos últimos anos pelo mundo. O fascismo, originalmente produto de uma organização política partidária e hierárquica emergente, nas décadas de 1920 e 1930, digitalizou-se numa transição na forma deflagrada de tecnopolíticas autoritárias. A (des)organização das massas nessas ferramentas algorítmicas reverberam no discurso de ódio, nas intolerâncias de diferentes matizes que culminam na passagem ao ato de eliminação imediata do diferente ou dos sujeitos histórica e socialmente excluídos. Nossa inquietação e tentativa neste artigo será a de discutir teórica e conceitualmente uma análise crítica das redes digitais e seu papel na chancela à organização de grupos extremistas e crimes dessa natureza que ascendem em um contexto de fascismo digital. Discutiremos o entrelaçamento desses objetos e significantes com o capital global neoliberal e com a formação da subjetividade no capitalismo pós-liberal.

### **Fascismo ubíquo e os tiros digitais**

A contextualização do fascismo tradicional fornece o resgate do pensamento histórico que é pertinente para compreender as suas novas formas, continuidade e transformação de fenômenos

extremistas alimentados pelo então fascismo digital que é um dos modos como ele tem se alastrado na conjuntura atual. Para o esclarecimento dos objetos em discussão, é agregador questionar quais são as convergências e heranças, ambivalências e dicotomias ou semelhanças e diferenças existentes entre o fascismo como categoria político partidária de controle das massas e o fascismo digital. Vejamos os lanços complementares da travessia de um ao outro e abriremos a rota de explicação de que o funcionamento da opressão se fortalece e se atualiza com o caos e guerras mancomunados com o avanço material do capital tecnológico e científico. Primeiramente, é interessante aproximar a construção e invenção ideológica, política e etimológica do fascismo a partir do que Paxton (2007) disserta sobre a anatomia de seu princípio: “O fascismo foi a grande inovação política do Século XX e também a origem de boa parte de seus sofrimentos” (p.13). O autor destaca as nuances para a realização desse regime, que não teria familiaridade alguma com correntes políticas do Ocidente moderno, como o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo, já que estas esferas existiam sem o imaginário de um fascismo. Ao contrário do convencional, Paxton (2007) informa que não pertence a Mussolini a criação ou monopólio da palavra Fascismo. Ela possui gênese desconhecida, tendo uso amplo e geral, e fora apropriada por “grupos ativistas de diversos matizes políticos” (p.16). A etimologia da palavra desmembra a manufatura objetual ativa de um recurso de defesa, agressão ou solução para uma determinada empreitada de características braçais. Observemos a informação prestada por Paxton (2007) a esse respeito:

A palavra *fascismo* tem origem no *fascio* italiano, literalmente, um feixe ou maço. Em termos mais remotos, a palavra remetia ao *fasces* latino, um machado cercado por um feixe de varas que era levado diante dos magistrados, nas procissões públicas romanas, para significar a autoridade e a unidade do Estado (pp. 14-15).

Não obstante o nascimento da palavra não ter ligação original com o ditador, o mesmo não se pode afirmar do programa fascista, o qual nasce em Milão, Itália, em 1919. Sua práxis era um experimento social radical e em seu bojo havia a bandeira do patriotismo de veteranos, aliado ao expansionismo ideológico e comercial com alta tributação progressiva (Paxton, 2007). Prossegue Paxton com a historicização da oferta do programa e propaganda fascista e seus meandros tão marcantes e redefinidos às sociedades vindouras como a do Século XXI, qual seja, antiintelectualismo, recusa de soluções para o bem comum, desprezo pela sociedade. O público apoiador e intensificador desse esquematismo de violência eram soldados veteranos de guerra desmobilizados, sindicalistas pró-guerra e intelectuais futuristas (Paxton, 2007). Adicionamos que não é difícil perceber, com base nesse molde operativo, a familiaridade com as ditaduras dos países latinos, como o Brasil, pois em sua origem, o fascismo se caracterizou pelas práticas de uma polícia secreta que rastreava as atividades julgadas como “antinacionais” : detinham, torturavam e matavam aqueles que se opusessem ao governo. Tratava-se, assim, de um crime cuja organização tinha o propósito de instituir uma sociedade sem qualquer tipo de organização, direitos ou acessos.

A determinação dessa violação é feita pela pregação dos fascistas, através de propagandas com especificidades de manipulação e insistência linguística de alguns simbolismos relativizados como afetuosos e caros aos seus alvos mais vulneráveis ou aos já adeptos, como proteger e blindar a “honra da nação”, restaurar os símbolos antigos e instaurar novos símbolos de autoridade, valores, crenças e normas culturais rígidas, com a disciplina sendo a exibição moral para a aquisição do que é visto como mercadorias de luxo, nesse caso, a ordem, segurança e paz. Para a emergência orgânica e estratégica da solidificação dessa política de Estado, Paxton (2007) averigua que o regime do fascismo não podia se permitir desfrutar do poder

confortavelmente. Era preciso um longo jogo de manipulação e inflamar as tensões raciais, étnicas e religiosas já presentes na sociedade, a fim de alicerçar uma violência revolucionária de supremacia branca. A monta desse mecanismo é sintetizada a partir do encontro entre radicalismo e entropia em uma junção de fúria inebriante e ímpeto para soluções drásticas, numa falsa representação de revolução permanente. Vejamos em suas palavras:

O líder carismático tinha que fazer promessas espetaculares: unificar, purificar e energizar sua comunidade; salvá-la da frouxidão do materialismo burguês, da confusão e corrupção da política democrática e da contaminação por culturas e povos estrangeiros; evitar a ameaça da revolução da propriedade com uma revolução de valores; resgatar a comunidade da decadência e do declínio. Havia oferecido soluções drásticas para essas ameaças: violência contra os inimigos, tanto internos quanto externos; a total imersão do indivíduo na comunidade; a purificação do sangue e da cultura; os estimulantes empreendimentos do rearmamento e da guerra expansionista (p.245).

É observável nesse trabalho arqueológico de Paxton que as influências da Primeira Guerra Mundial funcionaram como o catalisador sistemático do impulso radicalizador de exaltação da violência como algo belo, de força e brutalidade. O fascismo culminou na celeridade por medidas severas de contenção, racionamento e disciplina, ostensivamente suplicadas e aclamadas pela população. Liguemos esses dados com o estatuto do Real laciano em convergência com Freud, e verificaremos que essas características deslindam a impossibilidade de algumas realizações ou profissões, dentre elas, a de governar. Justamente porque essa aviltante maneira de governo ratificou não ser possível um sistema único que perfaça um perfeito controle sobre os estamentos objetivos, materiais e as ressonâncias subjetivas de abstração dos sujeitos em massa. Mesmo com punição e coerção, tortura e vigilância, não era sustentável um regime de controle total e obediência. Eclodiam, dessa feita, preocupações neuróticas obsessivas com o possível declínio e humilhação do partido e da comunidade, com cultos repetitivos de compensação e superstição, ideais de energia, limpeza e pureza; abolição com liberdades e perseguições violentas, bravateadas como redentoras. Além do mais, o controle sobre as atividades de lazer e tempo livre, com a esfera pública engolindo a esfera privada, encampava a dinâmica política fascista (Paxton, 2007). Mesmo que breve, essa apresentação dos rudimentos históricos do fascismo demonstra estruturas partidárias formais e arregimentadas, com poder centralizado, asfixia e exaustão dos espaços, erosão e hipoteca das instituições e práticas discursivas de poder para administração, conversão e modificação das emoções em atos requeridos pelos líderes sobre as pessoas.

### **Fascismo digital: características e dinâmicas**

No que concerne essas delimitações do fascismo tradicional como ferramenta política de alcance para modificação comportamental de seus agentes, indagamos quais seriam as peculiaridades do fascismo digital? De acordo com Fielitz & Marcks (2020), o fascismo digital funciona como correias de transmissão que se agrupam e se formam em culturas de ódio velozes sendo suas imagens finais deslocadas como corredeiras de demolição. Em suas investigações, o fascismo digital tem um mecanismo oposto ao modelo clássico político, o fascismo de mídias não faz seu giro de trabalho a partir de organizações hierárquicas, como documentado na história e percorrido por Paxton, no entanto, age como se fosse enxames de ataques informais, vulgarizadores e desinformativos. Assim, a válvula que faz condicionar esse movimento é a agitação extrema dos adeptos da direita radical que acaba por se espalhar para o público em geral. Por isso é que o sucesso extremista está conectado ao digital de tal modo que é impossível

distinguir se suas influências políticas estão mais no nível do online ou do offline. Em outras palavras, existe uma ligação íntima e penetrada entre movimentos de ódio, extremistas, neofascistas e as redes sociais. Para explicar os discursos preconceituosos como forma de expressão difundida para angariar participantes, os autores colocam que há uma mistura de tons burgueses e radicais nestas ações:

Eles não apenas usam a ampla liberdade de expressão para espalhar suas opiniões iliberais, mas também para se coordenarem melhor. Entretanto, pode-se ver, cada vez mais, que as mídias sociais representam uma área de ressonância e networking da qual a extrema-direita se beneficia em particular. E cresce a suspeita de que são eles que realmente impulsionam esse extremismo de direita. Na verdade, a extrema direita correu de sucesso em sucesso na última década. Não só neste país. Em muitos países, aumentou significativamente nas eleições regionais e nacionais. Em alguns – como Hungria, Brasil e Itália – chega a desempenhar um papel de poder político. Os atos de violência de extrema direita também aumentaram acentuadamente em muitos lugares, de modo que alguns pesquisadores de conflitos estão falando de uma “nova onda de terrorismo de direita” (Fielitz & Marcks, 2020, p. 8, tradução nossa).

Se trouxermos esse embate para a política recente do Brasil, veremos, como demonstra Acker (2018) que a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 marcou uma nova forma de governar, a partir da grassa de mentiras e desinformação, ameaças e inseguranças. Era, então, o aparecimento ou a chancela de um totalitarismo digital, como desgoverno e destruição, anomia e depressão social. Acker (2018) questiona se essa figura, agora ex-presidente, poderia ser considerada um líder de um movimento fascista de grande magnitude. Sua resposta incorre criticamente em outros aspectos mais habituais da história do Brasil, em que haveria uma propensão mediante uma “continuidade de uma tradição doméstica de autoritarismo” (p. 1). O historiador se refere à herança do regime da ditadura militar de 1964 a 1985, da qual Bolsonaro sempre foi um entusiasta. Objetivamente, o Brasil tem sua própria tradição fascista, modulada em 1932 por Plínio Salgado com o partido político católico da extrema direita, Ação Integralista Brasileira (AIB), além de ser uma forte corrente antissemita, conforme Acker (2018) era uma ordem nacional baseada em valores católicos, rurais e masculinistas; e conseqüentemente reforçava a urgência de efetivar sua linhagem com o fascismo italiano. Mais elementos comprobatórios da comunhão política do Brasil com o fascismo e ou nazismo estão na famigerada foto de Bolsonaro com o neonazista Marco Antônio Santos, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro; e o slogan “*Brasil acima de tudo*”, sendo uma cópia do primeiro verso da canção patriótica alemã “*Das Lied der Deutschen*”, ou seja, o “*Deutschland über alles*”, em tradução, “*A Alemanha acima de tudo*” (Acker, 2018).

Na composição de sua interpretação e análise, acontece outro importante elemento dentro dessa marca do autoritarismo digital, porquanto, a inauguração desse fenômeno desvela algumas novidades a respeito de manipulação, isto é, as massas seriam as próprias responsáveis por se autossugestionarem. Este detalhe é interessante, tanto para Acker (2018); e também Fielitz & Marcks (2020) as próprias massas se automanipulam porque não precisam de um partido fascista de governança para ritmar e endossar esses processos violentos, pois, no mundo cibernético as mentiras se espalham mais rapidamente, e tal como tornam todos os instrumentos a sua volta obsoleto, também o fazem com o regime clássico de manipulação das massas como o programa fascista, o qual não escapa dessa atualização para sobreviver. É mais eficaz, portanto, um comando ou governadoria maquínica de inteligência artificial. A interatividade ofertada pelos dispositivos móveis via compartilhamento simultâneo abre caminhos para que, tão logo, regimes autoritários dispensem definitivamente a construção de sistemas claros de

vigilância e de repressão, visto que planos opressores e um sistema ditatorial ficariam menos perceptíveis e previsíveis no circuito da conectividade das plataformas digitais. Enfim, além disso, a aplicação desse sistema denuncia a estética, mais fácil de ser alastrada, de uma violência simbolizada como um imaginário ferido pelo signo de identificação das armas em punho, dado que o ato de levantar as mãos fazendo o sinal de *'arminha'* é um espelho atualizado das saudações nazifascistas, esse estado de dureza e dano evidencia o sintoma de um grande mito messiânico como um dos principais apogeuos catastróficos políticos da última década no Brasil “viralizado” por correntes da internet.

Claro que, essa báscula sintomática entre necessidade de renovação e conservação, recuperação de tradições e declínio, está esclarecido na análise de Griffin (1993) argumentada como ultranacionalismo palingenésico ou metaforicamente nomeada de “ressíntese labiríntica” ou literalmente um “novo nascimento”. Basicamente isso seria reconstituir uma sociedade através de mecanismos regenerativos internos, ou seja, uma forma extrema de nacionalismo que é caracterizada pela crença em uma renovação ou renascimento nacional e social ao promover a fundição de sujeitos fanáticos com o mais fanático tendo a nação acima de tudo dando mais força ao sentimento de superioridade nacional e exclusão de minorias ou estrangeiros. Para Griffin (1993) os ultranacionalistas defendem políticas que promovem a pureza cultural, racial e étnica, com adoção de políticas autoritárias e posturas repressivas contra outras nações. Como seria possível implementar a tal regeneração radical da nação? Ante o surgimento de um profeta do Apocalipse, uma figura creditada com os poderes sobrenaturais de um líder carismático e inspirado, que permite e ordena que seus seguidores completem a transição para uma nova ordem e coloquem um fim definitivo ao declínio dos bons costumes e da moralidade, quer dizer, mudanças drásticas e revolucionárias ao contrário. Fazer isso significa presidir a elaboração de uma visão ritualizada de mundo forjada em elementos tradicionais capazes de fornecer a fantasia de um *weltanschauung*, um *novo nomos* da sociedade. Quer dizer, livrar as almas eleitas de todo o mal e conduzi-las para fora do colapso terminal e para dentro de uma nova era. Este é o giro do labirinto fascista: recorrer aos valores de um passado nacional idealizado, completamente inventado ou inexistente, para regenerar o futuro. Não é demais descrever o sumário da metodologia dessa regeneração, um trabalho de extensa engenharia social tal como o materializado no Terceiro Reich: esterilização em massa, experimentos bizarros, eutanásia e genocídio.

De acordo com Griffin (1993), isso era o lançamento base para uma Era histórica de plenitude, vigor, disciplina, pondo em combate a decadência, e elevando o sagrado perpétuo de uma civilização étnica revitalizada. Bom, em Griffin observamos um detalhamento da herança do sintoma fascista no social; Safatle; Júnior & Dunker (2020) auscultam as ambiguidades mutativas desse problema, sendo o sofrimento psíquico retratado como uma condição administrável e, paradoxalmente, desejável dentro da lógica do mercado. Eles trazem a reatualização da crítica ao neoliberalismo como um imperativo moral universalizado regido na antiga opressão da totalidade e na impotência do particular. Aqui há uma dupla face de ligação entre o sacrifício e a satisfação, sendo, então, o neoliberalismo de economia moral o gestor de sofrimento ao inibir a política de tratamento, e como se sabe, o sintoma quando não tratado faz erupções que gerarão lucros a este estado econômico a partir da miséria coletiva e individual na gestão de recursos para mais sofrimento e dano psíquico (Safatle; Júnior & Dunker; 2020). O sofrimento é sistematicamente despolitizado e isolado no âmbito pessoal, o que impede que as angústias sociais e psíquicas encontrem resposta em coletivos de acolhimento e resistência. Esse isolamento do sofrimento individual enfraquece a ação política com o propósito de

converter a dor em algo que cada sujeito é obrigado a administrar de forma independente. No lugar de buscar soluções comunitárias ou políticas para aliviar o sofrimento, o neoliberalismo oferece uma série de paliativos, tais como diagnósticos classificatórios, a medicalização, a autoajuda e produtos voltados para o bem-estar, que transformam o sofrimento em um mercado lucrativo.

Essa omissão gera uma economia do sofrimento, na qual o sistema se beneficia da perpetuação de angústias e carências emocionais. Explorar a vulnerabilidade e o desamparo como mercadorias, é a fórmula para a manutenção dos sujeitos como dependentes de um ciclo ininterrupto de inadequação e consumo de soluções grosseiras que, na verdade, chancelam sua condição de desespero. Muito por isso que o novo Messias não é uma persona caricata, uma mistura distorcida do matuto com o velho brejeiro do povo. O Messias sempre será o mercado mundial junto de seus tentáculos de expropriação das consciências e empobrecimento da palavra e da linguagem; da tecnociência como a evolução de um sistema de multiplicação da vigilância e prisão dos corpos como denunciado também por Foucault (1987). Nessa lógica, temos um acorde de notas com Ramos (2004) ao nos apresenta que se o pai celestial tem a ordem moral da proibição e interdição; o mercado traz a autorização de comando para gozar, vejamos sua colocação sobre esse imperativo social:

O pai perde pouco a pouco a sua face de proibição moral - expressamente repressiva - para vestir a nova máscara de regulador e conhecedor do gozo. O pai da igreja não quer que se goze, o pai do consumo não quer ninguém parado; não é mais garantia de proteção, é garantia de satisfação; não ameaça com castigo, mas com o vazio (p.66).

Na sociedade de consumo, o significante simbólico passou a se referir diretamente a um significado imaginário. As substituições metafóricas e as elisões metonímicas inerentes à linguagem são esmaecidas e uma literalidade psicótica é encaminhada como a saída para um papel social numa abertura do Real. Essa perspectiva marxista explanada por Melman (2003) evidencia, por outra diagnose, uma transmutação da perversão em formas de gozo por orifícios parciais, onde o valor simbólico assume um significado maior do que o valor de uso, transformando obsolescências e inutilidades em objetos de fetiche. Essa modulação de desencantamento e de transcendência dos espectros do líder paterno, formaliza o famoso declínio da identificação com a autoridade primordial exposto por Freud (1920-1923/2011), que contemporaneamente está na tese declinológica de Melman (2003), aliás, caráter categórico na recorrente política de Trump e Bolsonaro, qual seja, as tentativas angustiadas de reestabelecer a ordem familiar patriarcal, e a crise da figura do Eu idealizada ou de um Eu mágico simbólico sem falhas.

### **Massas e neoliberalismo: os normalizadores do fascismo digital nos ataques às escolas**

A radicalização online do fascismo digital é a emergência de atos de violência extrema. Comunidades virtuais extremistas promovem e normalizam discursos de ódio, oferecendo apoio e validação para indivíduos vulneráveis que são levados a cometer atrocidades. A compreensão dessa dinâmica é ponto pacífico para desenvolver estratégias de reflexão, resistência e mitigação da violência nas escolas e em outras instituições. A junta desses extratos incita a pensar qual é o perfil dos agrupamentos ou coletivos reunidos no circuito digital para acelerar o ódio e promoverem massacres escolares. A cultura de ódio promovida online exacerba não apenas sentimentos de alienação e ressentimento entre os jovens.

Nos ambientes digitais, os discursos misóginos, racistas e xenofóbicos são frequentemente normalizados, os usuários desses sistemas são expostos a uma constante validação de suas frustrações e preconceitos. Esta licença, por sua vez, catalisa a adoção de atitudes violentas. A lista é grande e não daremos conta de mencionar todas as ocorrências advindas da organização criminal em comunidades online, contudo, algumas faremos menção como o Ataque em Erfurt, Alemanha (2002) total de 16 mortes; Ataque em Ansbach, Alemanha (2009); Ataque em Trollhättan, Suécia (2015); Ataque em Santa Fe, EUA (2018); Massacre na Escola de Parkland, EUA (2018); Ataque em Christchurch, Nova Zelândia (2019); Ataque em Suzano, São Paulo (2019). Todos estes exemplos citados foram diretamente motivados por ideologias extremistas digitais em comunidades online que promovem discursos de ódio, teorias da conspiração e ideologias extremistas.

Essas plataformas proporcionam um ambiente onde indivíduos vulneráveis podem ser radicalizados e encorajados a cometer atos violentos contra instituições, principalmente, as escolas. O fascismo digital facilita o acesso a conteúdos extremistas, normaliza a violência e oferece uma sensação de validação e apoio para indivíduos que se sentem marginalizados ou alienados da sociedade. Não há um enquadre único nesses episódios que não sejam os entretons chancelados pela estrutura econômica neoliberal: políticas de acesso e incentivo a armas de fogo, ideologia neoliberal na educação, marginalização e exclusão social, instabilidade econômica e empobrecimento mundial da população (Safatle; Júnior; Dunker; 2020).

Não é complexo visualizar as contrafaces desse mercado de ódio com grupos e líderes movimentados para destruir por destruir os considerados mais fracos ou opressores; ou líderes que seduzem para destruir sutilmente, o primeiro grupo, os radicais das comunidades de *deep web*, são consumidores do segundo grupo composto por influenciadores conservadores, preconceituosos, higienistas. Quem são eles? Presentificamo-los nos púlpitos reinscritos nos artefatos tecnológicos de transmissão das mídias sociais, estes “líderes” são apontados como *digital influencers* que desempenham o papel de emocionar as massas para se identificarem com as agendas políticas de cunho obscuro e terroristas por intermédio da desinformação digital, *fake news*, do negacionismo, da resistência a mudanças, em suma, assim como no romance *orwelliano*, a perversa reescrita da história. Por isso mesmo que, os apoiadores personificam aposentados solitários e ressentidos, apreciadores de programas policiais do meio da tarde, frequentadores de clubes de tiros, beatas e recatadas do lar, senis pseudointelectuais alarmistas e conspiracionistas.

É verdade que não é o todo, só que, insistimos tratar-se de uma porção que exemplifica uma realidade abstrata e injuntivamente exterioriza as contradições fundamentais postuladas entre as relações sociais, os movimentos de massa contra a democracia e o desenvolvimento das forças produtivas. Tão logo, pensar a política do inconsciente e de seus destinos como consequências catastróficas radicais implica fundamentalmente combater o ultraradicalismo conservador contemporâneo e a política do ódio; a repulsa a grupos socialmente excluídos e a cultura da violência e do medo verazmente vilipendiada nas maneiras de objetivar a sociedade calcada na lógica de produção das mercadorias. Lacan (1968-1969/2008a) desobstrui e distribui essas letras acerca do mercado de gozo e seus revertérios na manifestação do inconsciente, as leis do mercado tem o poder de imporem a ausência de lei, o liberalismo econômico é irreprimível, é o draconiano que enquadra e distorce os desejos humanos como a dimensão de um inconsciente precarizado por se legitimar controlável, sem as manifestações de seus lapsos. A batalha é para que o inconsciente não se torne inabitável, ausente da pulsão de saber ou um mero depósito para sintomas de aniquilamento imediato das figuras do outro, e no que Fromm

(1979) denominará de uma política da morte que no contexto capitalista neoliberal operará como uma necrofilia social. Só para explicitar melhor, nas formulações de Fromm (1979), seria a destruição das estruturas vivas do conhecimento, desejos tresloucados de transformar o vivo em inanimado na direção de um interesse ferrenho pelo que é mecânico e automático em uma mostra de dominação diante daqueles que estão impossibilitados de falar, de narrar, porque jazem extirpados como sujeitos históricos.

Ante a exposição desse horizonte cinzento e sinistro, aportamos tanto Fielitz & Marcks (2020) quanto Fuchs (2022), para problematizar que o fascismo tinha uma centralidade e uma figura de líder localizada, a paternidade do fascismo estava colada no poderoso chefe da máfia, hipermasculino, tirânico e basicamente por esse constituinte convencional, esse protótipo é insustentável a longo prazo. Como resultância dessa transformação, na transição ao digital não se tem uma central identificada, há uma governança algorítmica de administração das pulsões, emoções e vida dos usuários representada por um corpo falante. Produtoras de miragens simuladas de micro desejos forjados que se apresentam confinados no digital. Seu diferencial está na dimensão acelerada, extensa, difusa de seu alastramento tal como uma peste sem controle com capacidade de autorreplicação. É um fascismo espacial em nuvem sem ponto único, pelo qual as massas ficam unidas e fascinadas digitalmente. Quer dizer, o fascismo tem a autorrenovação do seu *modus operandis* na tecnologia, e a mudança de figura e potência de sedução tal como uma onda que vai e volta de modo diversificado, não enrustido, promove o engano e encanto dos usuários da rede. Nesse quesito, Fuchs (2022) tece seu estudo na implicação de compreender como o fascismo é comunicado em rede. Sendo assim, só é possível entender o fascismo digital, se for apropriado o que foi o fascismo político em geral e como foram alicerçados seus pilares no contexto histórico para se efetuar a análise de seu novo modelo de comunicação (Fuchs, 2022).

Outro ponto importante nisto, nas investigações de Behr et al. (2013) são as *eco chambers*, a internet como câmara de eco para crenças extremistas, tecnicamente significa os algoritmos que selecionam e mostram os conteúdos baseados nas interações passadas de cada indivíduo. Esse processo cria o que é conhecido como "bolhas de filtragem", onde os usuários são expostos repetidamente a informações e pontos de vista que se alinham com suas crenças pré-existentes. Dentro dessas bolhas, o conteúdo é formatado para provocar reações emocionais fortes, muitas vezes polarizando ainda mais os indivíduos e reforçando suas convicções (Fuchs, 2022). É justamente nesse quesito que consideramos o fascismo como a reestruturação colossal de uma nova faceta a partir dos luminosos circuitos técnicos da modernidade tardia. Sem deixar de reportar as ambiguidades dos usos dos dispositivos das tecnologias digitais, tal qual a experiência das plataformas tecnossociais que possibilita as massas se organizarem, agirem e reivindicarem a supressão de suas faltas, por isso, em algum estofo, sua utilização pode ser democrática e libertária. Concomitantemente, o seu funcionamento em redes catalisa a amplificação de medos e a difusão da pós-verdade, a transmutação de vítimas em inimigos e de inimigos em redentores. Exemplo paradigmático está nas manifestações de junho de 2013 no Brasil pelas quais houve uma torção política, partidária, ideológica e midiática que desembocou mais tarde no *impeachment* presidencial, no retrocesso social, esterilização de direitos e na ratificação do aforismo de Millor Fernandes “*O Brasil tem um enorme passado pela frente*”. A aceleração ubíqua agiliza o transporte da violência, ódio e destruição de direitos via desinformação tão em voga em nível mundial. Principalmente, ofertam o aparecimento de figuras populistas entificadas como salvadores da nação com soluções falaciosas a partir de uma agenda neoliberal autoritária como a engrenagem do trumpismo e bolsonarismo.

Por esse ângulo, como tudo tem a capacidade de piorar, não podemos deixar de assinalar, o acordão de mediocridade sistemático de administração de lideranças políticas de natureza suspeita, miramos aqui para a grande diferença entre a habilidade retórica dos líderes fascistas tradicionais históricos com os marketings digitais de influência contemporâneos, personificados de *youtubers* e ou de risíveis títeres de *tik tok*, dos quais alguns pertencentes desses segmentos são os responsáveis pela mobilização de discursos e práticas de ódio. No interior dessa comparação, podemos destacar uma reviravolta na forma e sofisticação e chamar a atenção se Le Bon teria atingido seu objetivo em transformar a massa em essencialmente instintiva, de inteligência rebaixada e manipulável, ingovernável e violenta? Pontuamos isto porque um dos propósitos de Le Bon em seu problemático ensaio da *Psicologia das Multidões* (1895) era o de, justamente, convencer que as massas eram multidões de desorientados, vândalos, uma regressão social, uma vez que as manifestações revolucionárias seriam um freio à fortificação da urbanização e da sociedade capitalista do século XIX (Safatle, 2019). Consoante Safatle (2019) o trabalho de Le Bon em conjunto com a esfera jurídica e médica era efetivar uma costura para que os atos revolucionários fossem identificados como um fenômeno criminal consequência de uma herança arcaica de irracionalidade impulsiva, que por meio do crescimento da medicina mental expandir-se-iam diagnósticos de degenerescência patológica com o resultado final sendo comportamentos criminosos cuja causa estaria na transmissão genética, ou seja, o determinismo biológico acarretaria no encerramento da discussão. A estrutura macropolítica e social seria interpretada e condicionada exclusivamente pelas leis biológicas e o psiquismo, lócus dos fenômenos psicológicos, passaria a ser posse da ciência psiquiátrica.

Não estamos muito diferentes disso, o ato médico remediado na medicalização como palavra química que salva, a indústria da doença e dos diagnósticos psicopatologizantes esteados por manuais de transtornos retratam que a sociedade atual está fundamentada nesses antigos problemas outrora retratado como os leprosários da Idade Média tão bem historicizado por Foucault (1972). Aliado a esse processo antinômico e anômico testemunhamos a ausência de uma organização efetiva de resistência a essas ameaças às searas democráticas, tivemos alguns suspiros, balbucios de esperanças como política de enfrentamento, quase que como soslaio. A verdade é que ainda é pouco ou inexistente uma prática que extrapole o campo do discurso, se formos dimensionar as dificuldades de acesso à materialidade mínima para a abertura de um ideal de vida com mais liberdade e livre associação do inconsciente. Entretanto, é o agir dado os limites e fragilidades impostos por um ostensivo neoliberalismo cuja ética regulatória e ontológica é a fabricação de ambientes políticos fascistas. Assim, olhamos e escutamos bater em nossas peles posições binárias cruas, falsas polarizações homogeneizadas, racismo, sexismo, ode ao nacionalismo xenóforo e, principalmente, à antiprodução científica. Todos esses elementos têm íntima relação com massacres escolares, com a violência capitalista.

Há por esse viés enormes variações de regimes autoritários propagados pelo mundo, frutos da revolução neoliberal. O fato é que esses modos de funcionar atualmente perverte a lógica do sintoma, que para Brillaud (2020) é a insurgência de uma solução criativa para tornar a vida mais habitável. O que nos fora “apresentado” nos últimos anos políticos no Brasil, bem como a assustadora violência sem freio no espaço escolar retratam parte dessa constituição do Real lacaniano em sua não possibilidade de ser. Uma insistência de ilogicidade dura sedimentada em aspectos de negação e recusa num caldo prejudicial de falsas projeções direcionadas e tensionadas com ataques sistemáticos a todas as instituições democráticas, incluindo o judiciário, a educação, a ciência e, especialmente, a saúde. O que intentamos apontar até aqui,

em síntese, foi o contraste entre as formas contemporâneas de tecnopolíticas autoritárias e os movimentos fascistas nas décadas de 1920 e 1930, e como suas reverberações passadas, presentes e ecos futuros afetam as estruturas da totalidade social e individual do ato final de atiradores nas escolas.

### **A mensagem do Outro de forma inadvertida: liberdade de expressão como arma da extrema direita**

*“Eu posso realmente, nesse lugar e diante de um estranho, falar sobre tudo aquilo que me faz sentir ameaçado/a?”* Aqui é uma fala, um tom, um molde do sentimento ante uma dúvida, uma suspeita que não soa à toa no interior de um processo analítico. Essa questão clínica tem menos a ver com a impossibilidade do dizer mediante o impasse dos muros da linguagem, como os tabus ou sintomas neuróticos. Tem, em vasta medida, mais proximidade com a repressão em nome do capitalismo como estrutura da organização material de vida, mais com a economia autoritária amparada em um modelo nacionalista que promete a salvação pelo uso de arma de fogo contra “inimigos”. Inimigos construídos via tradições religiosas, apocalípticas, ocultistas ou conspiratória, e que são fantasiados nas imagens dos imigrantes ou sujeitos marginalizados por séculos, enxergados como os intrusos que desejam o que o outro possui materialmente. Além do mais, acirram essa dinâmica nada amistosa a precarização e neutralização das relações encapsuladas em rede, compressão e recessão das conquistas históricas da humanidade, ausência de segurança e do bem-estar social, como já elencado anteriormente. Essa crise estrutural econômica conduz a uma política de individualismo neoliberal, com mais repressões no campo social e racial, com mais neuróticos na fila de espera de consultórios psiquiátricos ávidos por analgesias.

Vejamos por essas raízes paradigmáticas dessas contradições, que Adorno & Horkheimer (1985); Griffinn (1993) e Paxton (2007) delatam que o antissemitismo se apresentou como uma falsa forma de anticapitalismo, visto que suas justificativas estavam centradas na ganância e riqueza dos povos judeus. Sentir-se inadvertido em encontrar as palavras que escapam, em dar bordas aos sentimentos sem nomes, retrata a sedimentação muito impactante de mensagens desvirtuadas, postas no avesso ao longo da história. Essa mensagem é uma arma e ela diz mais ou menos o seguinte: “existe uma grande ameaça de terror e temos que proteger os nossos pertences, nossa pátria”. Na verdade, não é complexo decifrar, a ameaça quer dizer a escassez por conta de uma crise econômica gerada pela grande entrada de imigrantes, miscigenação e formação de grupos étnicos diversos, denotando o estranho familiar que não se quer próximo. A mensagem não é novidade, ela traduz um repetir viciante da extrema direita para não elaborar o passado e apagar definitivamente as memórias. O outro roubou de mim, sequestrou meu paraíso. Para Lacan (1974-1975) isso denota toda a interação entre os três registros que são o Simbólico, o Imaginário e o Real, os quais constituirão o sujeito e formarão a base sobre a qual ele organiza seu mundo e se relaciona com ele. Quando introduzimos a dimensão política, esses registros, que são psíquicos e estruturantes, revelam também a sua face como mecanismos de regulação social, isto é, desembrulham suas fantasmagorias sintomáticas.

A começar pelo registro Imaginário, o fascismo digital possibilita uma proliferação de imagens, que circulam nas redes sociais e fóruns, de poder, dominação e agressividade refletidas como referências identitárias e arbitrarias para indivíduos em busca de afirmação e pertencimento, quer dizer, a se verem como agentes de uma missão de purificação ou vingança. No Simbólico, o fascismo digital simplesmente intenta normalizar e institucionalizar a exclusão

e o ódio quando direciona o discurso para uma lógica binária de “nós contra eles”. Esse discurso redimensiona o ambiente social ao apresentar a violência como uma forma legítima de resolver conflitos e validar ações extremistas como confecção de defesas contra um “inimigo” social fabricado. Já no registro do Real, o fascismo digital é a manifestação daquilo que não pode ser simbolizado ou plenamente compreendido, uma violência insidiosa e desumanizadora sem controle dos sujeitos e que retorna continuamente como trauma coletivo. Essa violência, que se expressa em ataques nas escolas, estetiza-se como o efeito sintomático de um Real intolerável, pelo qual o sofrimento é redirecionado contra o outro em vez de encontrar uma resolução ou sublimação. A interrelação desses registros culmina em uma subjetividade vulnerável à violência, a partir da qual o fascismo digital oferece não só o estímulo imaginário e o discurso simbólico de ódio, como também o Real traumático de um mundo fragmentado e hostil.

Essas são fantasias de um imaginário ferido, amordaçado, como pontua Lacan (1974-1975). E quando a função da fantasia é repetir, é para repetir o que se julga disfarce ou operar como o registro do Real, para representar aquilo que é impossível de simbolizar, o que permanece irreduzível às representações e significações. Enquanto o Simbólico estrutura a linguagem e o Imaginário envolve as materializações e identificações do eu, o Real se refere ao impossível, ao que retorna sem nunca poder ser totalmente integrado na rede simbólica. Ele está intimamente ligado ao trauma, porque evoca o que se apresenta como um excesso, uma ruptura que escapa à significação e insiste no psiquismo como um núcleo de sofrimento. Aqui adentra a dimensão política do Real, a qual, em nossas sociedades contemporâneas, expressa as dinâmicas políticas geradoras de eventos e condições que se impõem à subjetividade como experiências sobejamente traumáticas e indigestas ao sistema simbólico.

Sendo o Simbólico o registro que organiza as normas, as leis e os significados da sociedade, ele é fundamentalmente o universo da linguagem e da cultura. Isso, encampado no contexto político, significa o Simbólico como o discurso socialmente estabelecido que determina a posição dos sujeitos dentro do laço social. Se a sociedade é neoliberal, o simbólico é a lógica de produtividade, utilidade e eficácia. Será o discurso organizador de comportamentos e desejos sem identidade. Não por menos, temos as situações de exclusão, violência estrutural, desigualdade e precariedade que, não podendo ser absorvidas ou normalizadas pela estrutura simbólica da sociedade, instauram uma fissura na experiência subjetiva. Esses eventos, que marcam a experiência coletiva de forma traumática, aproximam-se da definição do Real, na medida em que se tornam um fardo impossível de significar para o sujeito e para o corpo social.

Mesmo de posse de que todo significante é um sintoma que falha em encontrar o resto, que é o Real e fornece um falso e ferido imaginário para as relações sociais, porque não pode enfrentar o Real, a impressão é de que a violência não pode ser apenas fruto disso. Poderíamos também argumentar esses estados como sendo a manifestação do retorno do reprimido, identificação projetiva ou compulsão à repetição, se quisermos fixar nas pautas mais clássicas freudianas, ou a função incurável da ordem do desejo, versada, como coloca Lacan (1949/1998) na resistência a iniciar e a se implicar no tratamento analítico com vistas à desidentificação. No entanto, nesse âmbito, tem-se a presença do Real na ausência da ordem simbólica da linguagem, porém, em forma bruta de frieza e de irracionalismo, de dominação subjetiva. Com isso, as apropriações e produções de subjetivação sob as condições capitalistas neoliberais a partir desse Real, são objetivadas como mecanismos ideológicos distópicos pertencentes a uma realidade de opressão e de impotência. Lacan (1974-1975) algebricamente tenta mostrar o Real como a incapacidade e impossibilidade do significante na linguagem, na relação com o significado e

‘designificando’ a linguagem. Em outras palavras, o Real é o registro político e irá marcar impreterivelmente o sintoma traumático no interior, no princípio do prazer (Lacan, 1974-1975).

E como paradigma contemporâneo, o neoliberalismo é um dos principais agentes de imposição desse Real político. Ele estrutura a realidade em uma lógica mercadológica em que o valor do sujeito se resume a sua capacidade de produtividade e eficiência. Essa lógica incessante do trabalho e do consumo empurra quase todos para uma vivência no limite do insuportável. Temos então a condição do sujeito fora da linguagem. Aquele que não é mais ancorado em um laço social consistente, todavia, encontra-se isolado, voltado para uma experiência de gozo individual ausente de uma significação no campo coletivo. O famigerado indivíduo que se visualiza como um pretensioso projeto autossuficiente, um empreendedor de si mesmo, resumido a pequenos prazeres efêmeros que ao final das contas é uma “nadica de nada”. A precarização das relações de trabalho e a ausência de uma rede de amparo sólido acentuam a experiência de instabilidade e desamparo, condições traumáticas que permanecem como sintomas no interior da estrutura social e psicológica.

A presença desse Real político é, então, sintomatizada no indivíduo contemporâneo sob a forma de angústia, depressão, *burnout* e outras manifestações de sofrimento psíquico como a subjetividade violenta. Esse "sintoma traumático" é como um sinal de uma falha no princípio do prazer, que não consegue acomodar ou neutralizar o peso do Real que a estrutura neoliberal impõe. Dessa forma, o sintoma traumático, ao invés de um desvio, aparece como o próprio reflexo da lógica capitalista, que leva o sujeito à exaustão e o expõe a uma condição de anomia. Portanto, o neoliberalismo, como expressividade viva desse Real político, provoca uma ruptura contínua no tecido da subjetividade, impondo ao sujeito uma realidade de impossível de suportar: um Real que marca e fere profundamente. Nessa escuta analítica, trata-se de um falar que não é vinculado a um compromisso com o outro, um ato que nega a presença do outro. Essa tem sido a cena política perversa neoliberal junto do fascismo digital que reforça a dominação econômica sobre corpos e subjetividades, um falar apartado dos recortes específicos da história de um determinado país e dos sofrimentos e de produções de sintomas no que tange raça, gênero e sexualidade. Não à toa, temos sujeitos que são impossíveis por meio da linguagem. Novamente é interessante a consideração de Melman (2003):

A violência aparece a partir do momento em que as palavras não têm mais eficácia. A partir do momento em que aquele que fala não é mais reconhecido. A partir do momento em que esse reconhecimento não ocorre, o outro não é mais reconhecido como sujeito, e a violência sobrevém (p.69).

Se lembrarmos do que salienta Lacan (1974-1975) que toda tentativa de representação na linguagem é perdida e que o inconsciente existe como a ausência do pensamento consciente, fica a questão do que causa o desejo na significação da violência e o que falta ao ser do sujeito. Em alguma medida, pensar o objeto pequeno *a* nesses circuitos tecnológicos usados como munição contra o outro, como guerra e perseguição, é entendê-lo como o espaço virtual no qual os sujeitos olham para sua esfera e seu eu, seu corpo e sua decomposição, como o principal fato de sua existência. Os objetos pulsionais são cada vez mais tecnológicos e estéticos, colocados como agência para o sujeito desejante. O objeto pequeno *a* representa a incapacidade de o sujeito se conhecer no pensamento ou na consciência (Lacan, 1969-1970/2008b). Daí os Sulcos da Aletosfera, elaborados no seminário XVII de Lacan (1969-1970/2008b) servirem para a discussão desses objetos temporários que atuam como substitutos para o objeto pequeno *a*, o sujeito busca o objeto *a* na fantasia, na realização do desejo, como resultado do fracasso de todas as suas características identificatórias.

## Considerações finais

O fascismo digital atua no registro Imaginário, glorificando imagens de força e poder, enquanto utiliza o Simbólico para normatizar a exclusão do “outro” percebido como ameaça ao ideal homogeneizador mantenedor da ordem social digital, ou seja, direcionar as frustrações individuais contra um “inimigo” social. Como discorrido, a violência nas escolas não é um fenômeno isolado, é sim uma expressão de uma subjetividade fragmentada por um laço social neoliberal sustentado e tensionado pela dinâmica digital fascista. A subjetividade é deformada como objeto-mercadoria para que funcione uma sociedade com uma totalidade falsa e sem particular das consciências. A práxis política torna-se a luta pela reconstrução e recuperação da consciência imputada à classe marginalizada e oprimida para que lhe seja possível emergir dessa realidade imediata fragmentada que reifica e esvazia. Dissolver o domínio da razão instrumental, como lembra-nos Honneth (2018), da forma mais primordial e genuína de práxis, na qual os humanos assumem uma relação empática e engajada consigo mesmos e com seus arredores, é um ato ético radical. É uma práxis ética que combate a tendência crescente das relações humanas na modernidade capitalista de assumir um caráter de relações entre coisas, e também isentando aquelas esferas da sociedade onde o pensamento instrumental ou reificado é necessário por razões de eficiência.

O laço capitalista, impulsionado pela lógica neoliberal, estrutura a sociedade a partir de uma relação instrumental. Este laço social não oferece ao sujeito um sentido coletivo ou uma conexão com o outro; ao contrário, ele o isola em uma busca interminável por sucesso individual e por um gozo imediato. O núcleo insuportável de uma realidade que o discurso neoliberal e as imagens do fascismo digital não conseguem recobrir completamente, é o Real como registro político que escapa à ordem simbólica. Esse Real se manifesta na sociedade como uma presença intrusiva, evidenciada nas violências que retornam como sintomas da falta de um laço social genuíno. Por isso, o sujeito é um objeto de um sistema desumanizador, é personagem de uma estética de destruição contínua. A violência se torna um estilo de vida sintomática de resposta ao vazio estrutural e à fragmentação da experiência subjetiva.

Encontrar um final mediante uma realidade representada no impossível desse Real que se impõe por meio da discussão de vários objetos só aumenta a demanda de inquietação. Podemos inverter algumas fórmulas psicanalíticas para resumir esse caminho, ou seja, no lugar onde outrora se pensava, não se pensa mais e lá onde não se pensa, não se reconhece mais; se não se pensa, não se é. Pieter Bruegel, pintor flamengo do Renascimento, estetiza uma imagem que é a Parábola dos cegos (1568), em fila, alinhados, sem se ver, despedaçados e sujos, mancos seguem em direção ao buraco da falta, rumo ao abismo, um vazio que encarna o ponto de falta no qual a subjetividade contemporânea se encontra presa, um fosso impossível de ver o que mais lhes aguarda. Esta imagem pode ser um contraste luminoso com a pintura de Paul Klee, *Angelus Novus* (1921), que no inconsciente ótico de Benjamin (1987, p. 226) diz ser um anjo da história, empurrado inexoravelmente para o futuro por uma tempestade de progresso que o afasta de um passado que só deixa destruição e ruínas aos seus pés, só que é algo que ele encara fixamente:

Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta, suas asas estendidas. O anjo da história deve ter o mesmo aspecto. O seu rosto está voltado para o passado. Onde percebemos um desencadear de acontecimentos, ele vê apenas uma nova catástrofe, que não pára de acumular destroços sobre destroços, e depois os atira a seus pés. O anjo gostaria de ficar, despertar os mortos, e reconstruir o que foi destruído. Mas uma tempestade sopra do Paraíso; o vento bate

em suas asas com tamanha violência, que o anjo não consegue mais fechá-las. Essa tempestade o empurra inexoravelmente em direção ao futuro, para o qual as suas costas estão voltadas, enquanto a pilha de destroços sobe até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso.

Um "progresso" que nos empurra ao abismo. Um "progresso" tecnológico que intensifica o estado de alienação, que violenta as subjetividades que marcham, muitas vezes, sem pensar ou resistir, rumo a um destino descontrolado. A desconstrução da subjetividade e a repressão intencional pelo neoliberalismo das formas determinadas do ser social e da consciência social aludem a um progresso ingovernável, o qual já se mostra na verdade da dialética de Günthers Anders sintetizada na frase: “*um paraíso habitado por assassinos sem maldade e vítimas sem ódio*”. Resta é claro que essas imagens estroboscópicas paralisadas em intenso reflexo de movimento agressivo não desarticulem a máxima de Manoel de Barros : “*onde eu não estou as palavras me acham*”, porque faria a anulação do: “*lá onde não estamos, está o inconsciente*”. Este não pode ser eliminado.

## Referências

- Acker, A. (2018). *How fascism went digital: a historian's perspective on Bolsonaro's victory in Brazil*. Berlin: Geschichte der Gegenwart.
- Adorno, T & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Jorge Zahar Editor.
- Anders, G. (2002). *L'Obsolescence de l'homme. Sur l'âme à l'époque de la deuxième révolution industrielle*. Paris: Éditions Ivrea.
- Anders, G. (2007). *Le temps de la fin*. Paris: L'Herne.
- Benjamin, W. (1986). *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. Cultrix.
- Benjamin, W. (1987). *Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Brasiliense.
- Brasil. (2023). Ministério da Educação. *ATAQUES ÀS ESCOLAS NO BRASIL: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental*. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/grupos-de-trabalho/prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas/resultados/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf>.
- Brillaud, D. (2020). *Lacanian psychoanalysis: A clinical casebook*. Routledge.
- Fielitz, M & Marcks, H. (2020). *Digitaler faschismus die sozialen medien als motor des rechtsextremismus*. Dudenverlag, Berlin.
- Foucault, M. (1972). *História da loucura na idade média*. Editora Perspectiva.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.
- Freud, S. (2011). *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos*. Companhia das letras. (Obra original publicada em 1920-1923)
- Fromm, E. (1979). *Anatomia da destrutividade humana*. Jorge Zahar Editor.

- Fuchs, C. (2022). *Digital Fascism. Media, Communication and Society Volume Four*. Routledge. Doi : <https://doi.org/10.4324/9781003256090>
- Griffin, R. (1993). *The Nature Of Fascism*. Routledge. Doi : <https://doi.org/10.4324/9781315003627>
- Honneth, A. (2018). *Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento*. Editora Unesp.
- Lacan, J. (1998). *Escritos*. Jorge Zahar Editor. (Obra original publicada em 1949)
- Lacan, J. (2008a). *O Seminário livro 16: de Um Outro ao outro*. Jorge Zahar Editor. (Obra original publicada em 1968-1969)
- Lacan, J. (2008b). *O Seminário livro 17: o avesso da psicanálise*. Jorge Zahar Editor. (Obra original publicada em 1969-1970)
- Lacan, J. (1974-1975). *Seminaire 22: RSI*. Inédito. <http://staferla.free.fr/S22/S22%20R.S.I..pdf>.
- Mbembe, A. (2014). *Crítica da razão negra*. Antígona.
- Melman, C. (2003). *O Homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*. Companhia de Freud.
- Paxton, R. (2007). *Anatomia do fascismo*. Paz e Terra.
- Quijano, A. (2005). *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4386378/mod\\_folder/content/0/Quijano%20Colonialidade%20do%20poder.pdf?forcedownload=1](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4386378/mod_folder/content/0/Quijano%20Colonialidade%20do%20poder.pdf?forcedownload=1)
- Ramos, C. (2004). *A dominação do corpo no mundo administrado*. Escuta.
- Safatle, V. (2019). *Psicologia das massas e do fascismo*. Universidade de São Paulo. [https://www.academia.edu/39801006/Psicologias\\_do\\_fascismo\\_curso\\_completo\\_2019](https://www.academia.edu/39801006/Psicologias_do_fascismo_curso_completo_2019).
- Safatle, V., da Silva Júnior, N., & Dunker, C. (2020). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica.
- Souza, J. (2019). *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Sextante.
- Vinha [et al]. (2023). *Ataques de violência extrema em escolas no Brasil [livro eletrônico]: causas e caminhos*. 1. ed. – São Paulo. Disponível em: [https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio\\_2311\\_ataques-escolas-brasil.pdf](https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio_2311_ataques-escolas-brasil.pdf)
- Von Behr, I., Reding, A., Edwards, C., & Gribbon, L. (2013). *Radicalization in the digital era: The use of the internet in 15 cases of terrorism and extremism*. RAND Corporation.

**Revisão gramatical:** Richard Vilas Boas  
**E-mail:** [richardvilasboasstrasser@gmail.com](mailto:richardvilasboasstrasser@gmail.com)

Recebido em junho de 2024 – Aceito em outubro de 2024.